

A IMPORTÂNCIA DO LÚDICO NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Thaís Larissa Almeida de Carvalho Martins (UNIRIO)
thata_larissa@hotmail.com

Suelen da Silva Santos Andrade do Couto (UNIRIO)
suelenandrade28@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho procura demonstrar a importância do lúdico, da ludicidade no processo de alfabetização e letramento para crianças. Dessa forma, em tempos de contemporaneidade faz-se necessário um novo olhar sobre o que realmente é ser uma criança, futuro adulto alfabetizado e letrado na sociedade que estão inseridos. Muitos questionamentos, indagações, insatisfações decorrem no espaço educacional brasileiro a respeito da alfabetização, tais como, alunos com dificuldades de aprendizagem, distorção idade/série, e analfabetismo funcional, como lembra Magda Soares (2004). Assim, o lúdico surge como uma proposta, apontando sugestões que levarão a criança a ter total envolvimento e iniciação à sua própria aprendizagem. Por meio do lúdico, da interação direta entre sujeito e objeto, tendo o professor também como mediador desse processo acredita-se que pode buscar uma aprendizagem significativa e verdadeira para a criança, onde não haja apenas a codificação e decodificação dos signos linguísticos, mas principalmente que a criança faça uso desses signos no meio social na qual a mesma encontra-se engajada. A corrente construtivista, representada aqui também por Lev Semenovick Vygotsky (2007) vem a contribuir com este trabalho a medida que ressalta e difunde uma aprendizagem ativa, onde o meio cultural também irá interferir nesta aprendizagem. O brincar, a ludicidade, desenvolve a criança em seus variados aspectos, como o motor, psicomotor, social, cognitivo para a construção e elaboração de seu pensamento, estimulando assim a imaginação da criança. É importante que a criança seja ativa em seu processo de aprendizagem, assim bem como em seu meio social, e a partir do lúdico, dos jogos, das brincadeiras em sala de aula e no espaço escolar, acredita-se que haverá uma contribuição para a formação desses cidadãos de apropriada educação com verdadeiro valor e significado para as crianças, onde em um futuro bem próximo bons frutos serão colhidos pela sociedade brasileira.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. Lúdico. Construtivismo.

1. Introdução

O presente estudo tem por objeto, demonstrar a importância e a contribuição que o lúdico tem a oferecer para um significativo processo de alfabetização e letramento.

Em tempos de contemporaneidade se faz necessário pessoas que não sejam apenas alfabetizadas, mas sim, letradas. Muito se tem discutido a respeito de tal diferenciação e importância nos tempos modernos, ou

seja, até em que momento alfabetização e letramento se distinguem e se completam.

Hoje cabe a escola não apenas a função mecânica de instruir, função na qual o professor era o centro do processo. O momento atual requer uma escola mais dinâmica, que assuma papéis diversos, necessitando assim de uma formação diversa de seus profissionais, de uma metodologia diversa para que todos os alunos tenham o seu direito de aprendizagem garantidos.

Sabe-se que o número de analfabetos no Brasil diminuiu, mas que o país contribui significativamente para o analfabetismo mundial, segundo o Relatório de Monitoramento Global de Educação para Todos, (2013/14, p. 10). Desta forma, a taxa de analfabetismo das pessoas acima de 15 anos no Brasil em 2013, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD 2014, p. 7.), era cerca de 13 milhões de analfabetos, o que correspondia a 8,3% da população.

Assim, segundo o relatório acima citado, o Brasil integra a lista de um grupo formado por dez países que contribuem de maneira expressiva para o analfabetismo mundial, ou seja, quase três quartos do número de analfabetos mundial. (2013/14, p. 10)

Diante de tais fatos, cabe aqui vários questionamentos, tais como: Por que tantos analfabetos no Brasil? O que pode se fazer para que este número diminua? Ou então, o que fazer para que esse número não cresça?

Para que se tenha adultos letrados e alfabetizados, faz-se necessário investir em educação de base. Por educação de base se entende na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, artigo 21, inciso I, sendo aquela formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. E é justamente aí que se encontra o início da alfabetização.

Ainda hoje há muitas crianças no nosso país com distorção idade-série, assim Rosana Ribeiro e Maria Cristina Cacciamali (2012) lembram que, são considerados em situação de defasagem escolar (distorção idade-série) os alunos que não possuem no início de cada ano letivo os anos de estudo compatíveis com a sua idade. Essas crianças de hoje serão os adultos do “amanhã”. Dessa forma, irá se perpetuar analfabetos funcionais, ou então analfabetos. Assim, Vera Masagão Ribeiro (1997) em seus dois artigos, Analfabetismo e Alfabetismo funcional no Brasil e Alfabetismo funcional: Referências conceituais e metodológicas para a pes-

quisa, vem mostrar um pouco da diferenciação e complementação desses conceitos.

O analfabetismo funcional, ou analfabetismo por regressão, que caracterizaria grupos que, tendo alguma vez aprendido a ler e escrever, devido ao não uso dessas habilidades, retornam à condição de analfabetos. Especialmente na França, o termo *iletrisme* foi utilizado para caracterizar populações que, apesar de terem realizado as aprendizagens correspondentes, não integram tais habilidades aos seus hábitos, ou seja, em sua vida diária não leem nem escrevem, independentemente do fato de serem capazes de fazê-lo ou não. (RIBEIRO, 1997, p. 145)

A definição sobre o que é analfabetismo vem sofrendo revisões nas últimas décadas. Em 1958, a Unesco definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler ou escrever um enunciado simples, relacionado a sua vida diária. Vinte anos depois, a Unesco sugeriu a adoção do conceito de alfabetismo funcional. É considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e de usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. Em todo o mundo, a modernização das sociedades, o desenvolvimento tecnológico, a ampliação da participação social e política colocam demandas cada vez maiores com relação às habilidades de leitura e escrita. A questão não é mais apenas saber se as pessoas conseguem ou não ler e escrever, mas também o que elas são capazes de fazer com essas habilidades. Isso quer dizer que, além da preocupação com o analfabetismo, problema que ainda persiste nos países mais pobres e também no Brasil, emerge a preocupação com o alfabetismo, ou seja, com as capacidades e usos efetivos da leitura e escrita nas diferentes esferas da vida social. (RIBEIRO, 1997, p. 01)

Essa distorção idade-série já revela que alguma falha está ocorrendo no processo de alfabetização e letramento.

[...] pesquisas que vêm identificando problemas nos processos e resultados da alfabetização de crianças no contexto escolar, insatisfações e inseguranças entre alfabetizadores, perplexidade do poder público e da população diante da persistência do fracasso da escola em alfabetizar, evidenciada por avaliações nacionais e estaduais, vêm provocando críticas e motivando propostas de reexame das teorias e práticas atuais de alfabetização. (SOARES, 2004, p. 96)

E é justamente neste ponto que o lúdico se faz relevante, pois o mesmo aponta sugestões que levarão a criança a ter total envolvimento e iniciação à sua própria aprendizagem. Assim, a criança estará de maneira imediata construindo o seu conhecimento, interagindo com o seu objeto de conhecimento. E o que se espera ao utilizar o lúdico é que, ao interagir com o objeto de conhecimento, o próprio objeto também irá refletir sobre a criança, segundo Ercília Maria Angeli Teixeira de Paula e Fernando Wolff Mendonça (2009, p. 93).

Os estudos de Jean Piaget (*apud* LIMA, 2009) apontam e reve-

lam, de maneira clara, o quanto é importante que a criança seja ativa no seu processo de construção do conhecimento. Os estudos de Lev Semenovick Vygotsky (*apud* LIMA, 2009) também vêm a contribuir com a linha construtivista do conhecimento, sendo aquela onde o aluno interage diretamente com o objeto a ser conhecido, como ressalta Valéria da Hora Bessa (2010), a ação do sujeito sobre o objeto, ou melhor, a interação do sujeito e do objeto, onde o aprendiz extrai daquilo que quer conhecer as informações necessárias para o seu uso, caracterizando a aprendizagem como ativa. Lev Semenovick Vygotsky também ressalta o quanto o meio, a cultura em que a criança está inserida pode interferir em sua aprendizagem.

Vários estudiosos deste século podem ser classificados como teóricos do construtivismo. Entre eles, os principais são: Jean Piaget (considerado o precursor, ao mesmo tempo que sua obra extensa continua baseando as pesquisas mais atuais sobre aquisição do conhecimento), Henri Wallon, L. S. Vigotsky, A. N. Leontiev, A. R. Luria e Emília Ferreiro. Esses dois últimos pesquisadores foram a fundo no estudo sobre a aquisição da escrita pela criança, sendo suas obras consideradas referenciais teóricos. (LEÃO, 1999, p. 197)

O lúdico na alfabetização conta com a contribuição desses pensadores e do construtivismo, para que em um futuro bem próximo as nossas crianças de hoje não entrem no quantitativo de analfabetos do “amanhã”. O brincar desenvolve a criança em seu aspecto social, cognitivo, psicomotor, afetivo e cultural. Na instituição escolar a criança se depara com um meio cercado de regras, horários, hierarquias e muitas vezes isso vai de encontro com tudo aquilo que ela esperava da escola. Então é no lúdico, na brincadeira, no jogo que a criança pode se desenvolver de uma forma mais completa e harmoniosa.

Os jogos contribuem de maneira significativa para o desenvolvimento das crianças, não só no que diz respeito à construção do conhecimento e, conseqüentemente, na aprendizagem, mas também no desenvolvimento das capacidades sociais, pessoais e culturais que acabam por contribuir para a construção do pensamento e conhecimento. Montessori, Dewey, Frobel, Pestalozzi, Comenius, Decroly, Piaget e Lev Semenovick Vygotsky são alguns teóricos que defendem a importância do lúdico, do jogo, assim a base de defesa desses teóricos é que os jogos são primordiais e muito importantes no processo de aprendizagem das crianças.

2. Alfabetização

A alfabetização tem sido um dos grandes temas geradores de dis-

cussão e investigação no campo educacional. As críticas a respeito dela vêm propondo mudanças nas metodologias utilizadas nas salas de aula do Brasil, ou seja, problema esse de âmbito nacional.

Sabe-se que não há apenas uma metodologia correta, uma didática que possa alfabetizar crianças e/ou jovens e adultos que não foram alfabetizados na idade correta, não há um único tipo de aluno, ou seja, uma classe homogênea.

Muitas insatisfações e questionamentos a respeito da alfabetização vem tomando espaço nas discussões no cenário educacional. Onde será que está o erro para que o fracasso na alfabetização perpetue por tanto tempo? Será que existe uma receita, uma fórmula pronta para se alfabetizar? Quem são os verdadeiros vilões nesse processo educacional? Cabe aqui questionamentos mais profundos tais como, “qual seria o melhor método? A melhor maneira? A melhor didática para se alfabetizar?”

Muitos insistem na fala que não há receita para se alfabetizar então a alfabetização seria um processo intuitivo? Alfabetizado é aquele que consegue juntar as letras, percebendo seus sons? Alfabetizado é aquele que consegue ler e escrever seu nome e palavras simples? Alfabetizado é aquele que consegue ler e compreender qualquer tipo de texto? Alfabetizado é aquele que consegue escrever textos simples? Alfabetizado é aquele que consegue ler e escrever qualquer tipo de texto?

As críticas à respeito da alfabetização vêm propondo mudanças nas metodologias utilizadas nas salas de aula do Brasil.

A alfabetização escolar é um processo complexo e multifacetado, entendido ainda como processo de ensino e aprendizagem da leitura e escrita em língua materna, na fase inicial de escolarização de crianças. Dessa forma, caracteriza-se como dever do Estado e direito constitucional do cidadão. (MORTATTI, 2010, p. 6)

A educação formal brasileira divide-se em dois níveis. São eles a educação básica e superior. O ensino básico, por sua vez, se subdivide em pré-escola, ensino fundamental e ensino médio.

O processo de alfabetização ocorre obrigatoriamente no ensino fundamental, onde a criança por direito, enquanto cidadã que é, deve ser matriculada com 6 (seis) anos de idade no 1º ano de escolaridade do ensino fundamental, tendo como objetivo sua formação básica e integral, durante todo o processo do ensino fundamental, com duração de 9 anos.

3. A alfabetização no processo educacional brasileiro

A alfabetização no Brasil passou por vários momentos até chegarmos à atualidade. Alguns métodos utilizados no passado para este fim permanecem.

Um exemplo é o método tradicional, no qual o professor era o centro do processo e o aluno deveria como “máquina” aceitar tudo aquilo que o professor ensinava, sem ao menos poder questionar, ou perguntar. Nesse momento muitas crianças passavam por castigos, sejam eles quando não aprendiam ou então quando não se comportavam da maneira esperada pelo professor ou pela escola, esses castigos além de verbais também eram majoritariamente físicos. (ARAGÃO & FREITAS, 2012, p. 20)

Em se tratando de método, esse tipo de educação era centrada na repetição, na memorização, na repetição constante de exercícios e o uso constante ou quase exclusivo de cartilhas. Ainda hoje podemos perceber que muitas escolas trabalham dessa forma, ou então, professores ainda utilizam esse tipo de alfabetização.

Não é mais necessário um ensino onde o aluno fique o tempo todo da aula sentado, quieto, como um robô, mas é necessário que o aluno seja estimulado, instigado. Neste sentido, o lúdico se apresenta oportuno, levando a criança a estar em contato direto com a aprendizagem, e estimulando-o a ser autor e coautor do processo de construção de sua aprendizagem.

4. Letramento

Alfabetização e letramento são processos distintos, mas que podem ou não estar associados. Como processo de codificação e decodificação, a alfabetização aparece indissociável ao letramento, ou seja, compreender signos e códigos de maneira aleatória não fará sentido para o educando que precisa relacionar as informações novas recebidas com as do seu mundo, ou seja, com aquelas já conhecidas por ele, àquelas que já se encontram na sua rede neuronal. Ou seja, é a partir dessa rede neuronal, da rede de neurônios naturais é que se baseia o funcionamento do cérebro, segundo Marvin Oliver Schneider (2001).

A prática e o domínio da leitura, da escrita, da interpretação e das operações matemáticas fundamentais são de extrema importância diante

desse cenário tecnológico e letrado no qual estamos inseridos. Angela Bustos Kleiman (2005) ressalta que, quando se ensina uma criança, um jovem, um adulto, ou seja, um indivíduo a ler e a escrever, esse aprendiz está conhecendo as práticas de letramento da sociedade; está em “processo” de letramento. Quando ele lê placas nas ruas, lê o ônibus em que vai pegar para chegar à escola ou ao seu local de trabalho, quando lê para se informar sobre determinada coisa e/ou situação, utiliza práticas de leituras na escola, na igreja, no banco, em comunidade. Tudo isso expressa práticas de letramento, e isso acontece porque normalmente a prática da leitura e da escrita faz parte da vida cotidiana das pessoas. A carta por exemplo, expressa uma comunicação escrita, mesmo que o indivíduo não saiba ler e escrever, ele sabe a função da mesma e pode ditar para que alguém a escreva.

As pessoas inseridas em contextos sociais, em uma sociedade letrada já realizam entre si, por meio da linguagem o Letramento, condição em que existe um conhecimento sobre a escrita que as pessoas, mesmo sem saber ler ou escrever, dominam. Tal conhecimento é adquirido pelo fato de que estas pessoas estão inseridas numa sociedade letrada. Neste tipo de sociedade, a escrita passa a funcionar como mediadora entre tais práticas e os sujeitos, constituindo eventos de letramento. Assim, as práticas letradas influenciam todos os indivíduos. (CARVALHO & MENDONÇA, 2006, p. 10)

Portanto, pode-se perceber que mesmo que o indivíduo ou a criança não tenha frequentado ou não frequente a escola, não seja alfabetizada, ele não pode ser considerado iletrado pois vive em uma sociedade letrada, onde a todo momento está em contato direto com diversos tipos de informação, seja ela visual, auditivo ou outro tipo de percepção sensorial.

De acordo com Magda Soares (2004) a palavra letramento é ainda um termo novo, e que muito tem a ser pesquisado. Trata-se de um termo que é conceituado de modo diferente por autores que estudam o fenômeno; mas, em suma, pode-se dizer que o letramento é um processo histórico-social.

Assim, é em meados dos anos de 1980 que se dá, simultaneamente, a invenção do letramento no Brasil, do *illettrisme*, na França, da *literacia*, em Portugal, para nomear fenômenos distintos daquele denominado alfabetização, *alphabétisation*. Nos Estados Unidos e na Inglaterra, embora a palavra *literacy* já estivesse dicionarizada desde o final do século XIX, foi também nos anos de 1980 que o fenômeno que ela nomeia, distinto daquele que em língua inglesa se conhece como *reading instruction*, *beginning literacy* tornou-se foco de atenção e de discussão nas áreas da educação e da linguagem, o que se evidencia no grande número de artigos e livros voltados para o tema, publicados, a partir desse momento, nesses países, e se operacionalizou nos vários

programas, neles desenvolvidos, de avaliação do nível de competências de leitura e de escrita da população; segundo Barton (1994, p. 6), foi nos anos de 1980 que *the new field of literacy studies has come into existence*. É ainda significativo que date aproximadamente da mesma época (final dos anos de 1970) a proposta da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) de ampliação do conceito de *literate* para *functionally literate*, e, portanto, a sugestão de que as avaliações internacionais sobre domínio de competências de leitura e de escrita fossem além do medir apenas a capacidade de saber ler e escrever. (SOARES, 2004, p. 6)

Ainda Angela Bustos Kleiman (2005) expõe que a alfabetização é inseparável do letramento. Ela é necessária para que alguém seja considerado plenamente letrado, mas não é o suficiente. A prática da alfabetização, que tem por objetivo o domínio do sistema alfabético, o que a torna diferente de outras práticas de letramento, onde é possível aprender apenas vendo os demais fazerem.

5. *Construtivismo*

Este trabalho se apoia na teoria construtivista segundo Jean Piaget. No livro intitulado *Teorias da Aprendizagem* (BESSA, 2011), é citada a teoria interacionista como aquela que defende a ideia da aprendizagem como um processo de inter-relação entre o sujeito e o objeto. Na ação do sujeito sobre o objeto, ou melhor, na interação do sujeito e do objeto, é onde o aprendiz extrai daquilo que quer conhecer as informações necessárias para o seu uso, caracterizando a aprendizagem como ativa. Logo, essa interação é uma via de mão dupla, pois tanto o sujeito quanto o objeto interagem um com o outro e são modificados entre si.

A teoria interacionista traz como um de seus principais atores Jean Piaget, que de acordo com Luciana Maria Caetano (2010), o pesquisador interacionista nasceu na Suíça, na cidade de Neuchâtel, no ano de 1896. Piaget deixou um legado com mais de 50 livros e 300 artigos, recebendo mais de 30 doutoramentos *honoris*. Na década de 1940 foi subdiretor geral da Unesco e depois de mais de 60 anos dedicados à pesquisa, Piaget falece em Genebra no ano de 1980.

Valéria da Hora Bessa (2011) ressalta que esta teoria proposta por Jean Piaget é classificada como interacionista, podendo ainda ser denominada como epistemologia genética, teoria genética, construtivista da formação da inteligência, ou apenas construtivismo.

O sujeito vai em busca do conhecimento, e a ação do sujeito exercida sobre o objeto é sempre uma interação. A partir do momento que o

indivíduo age sobre o objeto, automaticamente o objeto também age sobre esse sujeito ativo.

Sujeito \longrightarrow Objeto

Ainda de acordo com os estudos de Valéria da Hora Bessa (2011), se pudéssemos examinar com uma lupa a interação entre o sujeito e o objeto, enxergaríamos o processo de equilibração majorante, composta por quatro etapas, são elas: desequilíbrio, assimilação, acomodação e equilíbrio. Assim, a autora citada acima, acrescenta que o que nos motiva para a aprendizagem são os problemas cotidianos, os fatores desafiantes, os conflitos intelectuais, ou seja, os desequilíbrios constantes que ocorrem entre o que conhecemos e o que ainda existe a ser conhecido. Assim o sujeito passa de um estágio de menor conhecimento para um estágio de maior conhecimento por meio das assimilações e das acomodações segundo Jean Piaget.

Deste modo, a criança ainda não sabe ler, mas tem contato direto com a cultura letrada, o que a instiga a querer aprender a ler, a decifrar aquele código e a fazer indagações quando a palavra está próxima à algum desenho, a criança infere situações apenas olhando a gravura, o contexto daquela palavra em determinadas situações faz com que a criança seja estimulada e instigada a ler, a inferir e até mesmo a errar. A criança passa de um estágio de desequilíbrio para um estágio de maior conhecimento. Na escola, cabe principalmente ao professor propiciar um incitamento no aluno, incitamento este de sair da sua zona de conforto, até então achando que está equilibrado para uma zona de desequilíbrio. O professor deve promover no aluno a vontade de aprender, de conhecer, de querer saber.

Ainda de acordo com os estudos de Valéria da Hora Bessa (2011) sobre a teoria de Piaget, o processo de busca do sujeito, da extração do conhecimento dos objetos a serem conhecidos, foi apontado como assimilação. É ela que vai levar até os esquemas cognitivos as novas informações extraídas do objeto que está se conhecendo. A assimilação modificará e organizará os esquemas de conhecer do sujeito, o que Piaget chamou de acomodação. Esse é um processo dinâmico, onde o sujeito passa de um estágio de desequilíbrio para o estágio de equilíbrio, é importante destacar que nem sempre se sabe tudo sobre o objeto a ser conhecido.

Não podemos ter dúvidas de que a vida mental seja, simultaneamente, uma acomodação ao meio ambiente. A assimilação não pode ser pura porque,

quando incorpora os elementos novos nos esquemas anteriores, a inteligência modifica imediatamente estes últimos para adaptá-los aos novos dados. (MUNARI, 2010, p. 31)

Em seus estudos e pesquisas, Piaget conclui que o desenvolvimento intelectual envolve a passagem do indivíduo por quatro grandes períodos, estes separados por marcos cronológico, porém é impossível afirmar sem um exame apurado quando essa transição está ocorrendo (BESSA, 2011, p. 63). Logo, esses estágios não são fixos e o que define essa transição é a modificação da lógica intelectual demonstrada pela criança, em cada etapa, o que depende diretamente dos estímulos oferecidos pelo meio a ela, seja esse meio na escola, na família ou outro ambiente. Percebe-se aqui a importância do professor conhecer as etapas que os seus alunos passam, para que possam estimulá-los por meio de assimilações e acomodações a transição de área de desequilíbrio para outra de maior equilíbrio.

Esses quatro estágios são denominados de sensório-motor, pré-operatório, operatório-concreto, operatório-formal ou lógico-formal.

O estágio sensório-motor começa desde o nascimento até aproximadamente por volta dos dois anos de idade. Nesse estágio o bebê começa a perceber o mundo por meio dos seus sentidos e de seus atos motores, que são involuntários, a partir de reflexos neurológicos básicos. A inteligência é prática, onde o contato com o meio é direto e imediato, sem representação mental ou pensamento. A relação mãe e bebê é simbiótica (interdependente), e a fala é simbólica.

Como o nome já diz, a criança conquista o mundo por meio das sensações e das percepções. A inteligência, nessa fase, é prática e se manifesta por intermédio dos movimentos. Não há diferença entre o eu e o mundo, e o desenvolvimento muscular garante um domínio maior sobre o ambiente. (SERRA, 2012, p. 43)

O estágio pré-operatório segue dos dois aos sete anos de idade. É caracterizado pela interiorização da fase anterior pelos esquemas de assimilações e acomodações. Nesse estágio a criança é egocêntrica e muito curiosa, onde percebemos a idade dos “porquês”, onde ela não aceita fatos sem explicação fundamentada. Nesse estágio ela já age por simulação, possui percepção global, deixa-se levar pelas aparências sem relacionar os fatos, embora já consiga distinguir o real da fantasia. Podendo até mesmo dramatizar a fantasia, sem que acredite nela.

Aqui a criança ainda não é capaz de operar mentalmente uma ação complexa que exija dela capacidade de reversibilidade. Ela entende que

$3+1=4$, e também entende que $4-1=3$, mas não percebe que ambos estão interligados, fazem parte de um mesmo caminho de “ida” e “volta”. É importante salientar que, esse período é marcado pelo início do ciclo da alfabetização e do letramento na escola.

O aparecimento da linguagem é a marca deste período, por meio dela, a criança consegue expressar o seu mundo interior. O pensamento evolui por causa do aparecimento da linguagem e a realidade é transformada para atender às necessidades da criança. Necessidades do mundo simbólico. Nesta fase, a maturação neurofisiológica se completa e a criança adquire a coordenação motora. Há um grande interesse por atividades diversificadas e surgem os primeiros sentimentos morais. (SERRA, 2012, p. 44)

O estágio operatório-concreto inicia-se aos sete anos prosseguindo até aos doze anos de idade. Nessa etapa, a criança ainda depende do concreto para chegar à abstração. Desenvolve noção de tempo, espaço, velocidade, ordem, casualidade.

Aqui nesse estágio a criança já possui a capacidade de reversibilidade. É justamente essa capacidade que marca a passagem da criança do estágio pré-operatório para o operatório-concreto ou formal.

Neste período, a criança abandona o egocentrismo e é capaz de cooperar com os outros, desenvolver trabalhos em grupo e, ao mesmo tempo, adquirir autonomia para o trabalho individual. As operações mentais se tornam mais sofisticadas e a criança é capaz de estruturar um planejamento para alcançar seus objetivos, tanto no plano físico quanto no plano mental. Surge a relação entre causa e efeito e a noção de número já pode ser construída. O sentimento de grupo e a capacidade de cooperação tornam-se fortes e facilitadores do trabalho em sala de aula. (SERRA, 2012, p. 44)

O estágio operatório-formal ou lógico-formal é marcado dos doze anos em diante. A criança já permite a abstração total, é capaz de pensar em todas as relações possíveis logicamente, buscando a partir da hipótese e não apenas da observação da realidade. Nesse estágio a criança aplica raciocínio lógico nos problemas, e também é capaz de uma atuação mais autônoma, agindo tanto independente e mentalmente quanto fisicamente.

A principal característica é a mudança do pensamento concreto para o pensamento abstrato, sendo possível realizar operações somente no plano mental. Nesta fase, por exemplo, o aluno já é capaz de compreender o conjunto Z dos números inteiros e realizar operações com números negativos, pois já existe a possibilidade de um número ser menor que zero. Do ponto de vista social, o adolescente interioriza as normas sociais, primeiramente rejeitando-as para, posteriormente, ocorrer uma adaptação a elas. É uma fase de muita reflexão sobre os conceitos sociais e o desejo de transformação. Afetivamente, o adolescente vive conflitos indispensáveis à sua constituição adulta. (SERRA, 2012, p. 44)

Dessa forma, é muito importante que o professor procure trabalhar com o lúdico principalmente até o período operatório-concreto, pois a criança ainda não consegue fazer certas abstrações e o uso do lúdico pode auxiliar quanto à passagem da criança do período operatório-concreto para o operatório-formal ou lógico-formal, e a construir aprendizagens significativas independente do estágio que esteja.

6. O lúdico

Souza (2013) afirma que, para a aprendizagem ocorrer faz-se necessário lançar mão de desafios, já que, por meio destes, a criança buscará o conhecimento e a aprendizagem. Assim, é importante que o professor jamais trabalhe com a criança, partindo do que ela não sabe. Ou seja, é preciso partir da zona de desenvolvimento proximal da criança (o que ela já sabe), para a zona de desenvolvimento potencial (alargar o que ela sabe, por meio de desafios). Nesse aspecto, os jogos são desafios para que se concretize a aprendizagem:

[...] o brinquedo cria uma zona de desenvolvimento proximal da criança. No brinquedo, a criança sempre se comporta além do comportamento habitual da sua idade, além do seu comportamento diário; no brinquedo é como se ela fosse maior do que é na realidade. Como no foco de lente de aumento, o brinquedo contém todas as tendências do desenvolvimento sob forma condensada, sendo, ele mesmo, uma grande fonte de desenvolvimento. (VYGOTSKY, 2007, p. 122)

Para Jean Piaget, a criança deve estar motivada para que se interesse na atividade, dessa forma, exprimir seu pensamento com convicção mostra a personalidade integral da criança. O brincar na teoria piagetiana é o jogo, onde segundo o autor citado este possui três denominações.

Valéria da Hora Bessa (2011, p.74) mostra que, o jogo de exercício é aquele que ocorre no estágio sensório-motor, onde há o movimento corporal sem verbalização, brincadeira individual e autocontrolada. Como por exemplo, quando os bebês ficam repetindo gestos.

Ainda a mesma autora lembra que, o jogo simbólico aparece com o surgimento da fala, da linguagem, no estágio pré-operatório, onde a criança gosta da brincadeira do faz-de-conta. Por meio das brincadeiras de faz-de-conta as crianças interpretam falas das pessoas de seu convívio. Por meio dos brinquedos, a criança reinventa o mundo e libera as suas fantasias.

Em Valéria da Hora Bessa (2008.), o jogo de regras, situado no

estágio operatório-concreto, marca a transição da atividade individual para a socializada. As regras que vem de fora e as que são construídas espontaneamente – jogo da criação – onde a criança cria algo, cria regras também.

A atividade lúdica é considerada por Piaget, o berço obrigatório das atividades intelectuais das crianças, indispensável á prática educativa. Com o brincar a criança se prepara para aprender, estimulando assim a sua imaginação. É uma forma de linguagem, espaço de partilha, cooperação, competição, afeto, e outras funções intelectuais interligadas. Contribui para o processo de apropriação de signos sociais.

Quando deixa de brincar sozinha, a criança desenvolve o afeto este expresso principalmente pela linguagem. O afeto representa a “mola propulsora” de toda e qualquer atividade, contribui para que a criança seja atraída para a aprendizagem. Logo, os aspectos afetivos, cognitivos e sociais são indissociáveis.

7. Considerações finais

Os textos lidos apresentaram relevante significação diante da problemática da alfabetização e a importância do lúdico nesse processo não só de alfabetizar, mas de se alfabetizar letrando. Eis aí um grande desafio para nós, educadores, do século XXI.

Os textos também mostraram a sua relevância no quanto é importante o professor na busca do conhecimento, ou seja, como nos lembra Paulo Freire, a importância do professor pesquisador.

Alfabetizar requer pesquisa, trabalho, dedicação, e mesmo que tenhamos que mudar a nossa metodologia de trabalho, há de se ressaltar que esse processo não é único e isolado, mas que requer esforço das autoridades, da sociedade, da comunidade escolar, ou seja, de todos que direta ou indiretamente fazem parte desse processo.

É muito importante que a criança aprenda brincando, pois é o que ela mais gosta de fazer, brincar. Aprender brincando é lúdico, é interessante para a criança e conseqüentemente eficaz.

O aspecto lúdico torna-se importante instrumento na mediação do processo de aprendizagem, principalmente das crianças, pois elas vivem num universo de encantamento, fantasia e sonhos onde o faz de conta e realidade se misturam, favorecendo o uso do pensamento, a concentra-

ção, o desenvolvimento social, pessoal e cultural, facilitando o processo de construção do pensamento.

Assim, Angela Bustos Kleiman (2005) auxilia em uma conclusão bastante válida que:

A alfabetização tem características específicas, diferentes das do letramento, mas é parte integrante dele. Como prática escolar, ela é essencial: todos – crianças, jovens ou adultos – precisam ser alfabetizados para poder participar, de forma, autônoma das muitas práticas de letramento de diferentes instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Milena. FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de. Práticas de castigos escolares: enlases históricos entre normas e cotidiano. *Conjectura*, vol. 17, n. 2, p. 17-36, maio/ago. 2012. Disponível em:

<<http://www.uces.br/etc/revistas/index.php/conjectura/article/viewFile/1648/1024>> Acesso em: 10-11-2015.

BESSA, Valéria da Hora. *Teorias da aprendizagem*. Curitiba: IESD Brasil, 2011.

_____. *Teorias da aprendizagem*. Curitiba: IESDE Brasil, 2008.

CAETANO, Luciana Maria. A epistemologia genética de Jean Piaget. *ComCiência*, Campinas, n. 120, 2010. Disponível em:

<http://comciencia.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-76542010000600011&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 24-08-2015.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena. Práticas de leitura e escrita. Brasília: Ministério da Educação, 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/grades/salto_ple.pdf>. Acesso em: 18-10-2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)*. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/000001018851209112014124618639859.pdf>>. Acesso em: 26-10-2015.

KLEIMAN, Angela Bustos. *Preciso “ensinar” o letramento*. Campinas: Cefiel/IEL/Unicamp, 2005.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394, de

20 de dezembro de 1996. *Diário Oficial da União*, de 23 de dezembro de 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 20-11-2015.

LEÃO, Denise Maria Maciel. Paradigmas contemporâneos de educação: escola tradicional e escola construtivista. *Cadernos de Pesquisa*, n. 107, p. 187-206, julho/1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/n107/n107a08.pdf>>. Acesso em: 24-08-2015.

LIMA, Miguel Arcanjo de. *Aprendizagem infantil? Sua construção e desenvolvimento*. Alegre, 2010. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/aprendizagem-infantil-sua-construcao-e-desenvolvimento/39347/#ixzz3qZ0T635R>>. Acesso em: 03-11-2015.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, vol. 15, n. 44, maio/ago. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782010000200009&script=sci_arttext>. Acesso em: 6-07-2015.

MUNARI, Alberto. *Jean Piaget*. Tradução e organização de Daniele Saheb. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2010. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4676.pdf>>. Acesso em: 24-08-2015.

PAULA, Ercília Maria Angeli Teixeira de; MENDONÇA, Fernando Wolff. *Psicologia do desenvolvimento*. 3. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2009.

RIBEIRO, Rosana. CACCIAMALI, Maria Cristina. Defasagem idade-série a partir de distintas perspectivas teóricas. *Revista de Economia Política*, vol. 32, n. 3. São Paulo jul./set. 2012 Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rep/v32n3/09.pdf>>. Acesso em: 17-11-2015.

RIBEIRO, Vera Masagão. Analfabetismo e alfabetismo funcional no Brasil. *Educação & Sociedade*, 1997. Disponível em: <<http://www.faccamp.br/letramento/GERAIS/analfabetismo.pdf>>. Acesso em: 23-11-2015.

_____. Alfabetismo funcional: referências conceituais e metodológicas para a pesquisa. *Educação & Sociedade*, ano XVIII, n. 60, dezembro/1997. Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/es/v18n60/v18n60a8.pdf>>. Acesso em: 23-11-2015.

SCHNEIDER, Marvin Oliver. *Sistemas inteligentes: redes neurais artificiais*. 2001. Tese (de Mestrado). – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://moschneider.tripod.com/rn_rna.pdf>. Acesso em: 19-11-2015.

SERRA, Dayse Carla. *Gênero*. Teorias e práticas da psicopedagogia institucional. 1. ed. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

SOARES, Magda. Alfabetização e letramento: caminhos e descaminhos. *Revista Pedagógica*, Porto Alegre: Artmed, fev.2004.

_____. *Letramento e alfabetização: as muitas facetas*. Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n25/n25a01.pdf>>. Acesso em: 06-01-2015.

UNESCO (Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas). *Relatório de monitoramento global*. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0022/002256/225654por.pdf>>. Acesso em: 27-12-2013.

VYGOTSKY, Lev Semenovick. *A formação social da mente*. São Paulo: Fontes, 2007.